

Potências do político em Deleuze e Guattari: a megamáquina política

Aldo Ambrózio
Davis Moreira Alvim

Gilles Deleuze e Félix Guattari conceberam um projeto filosófico que insinua possibilidades formidáveis para o exame das linhas de fuga e resistências em nossos tempos. *O Anti-Édipoe Mil Platôs* são obras de uma intensidade política ímpar que, se tomadas em um mesmo movimento, sugerem existir sempre linhas fugidias, criativas e combativas ao lado e além dos pontos que o poder conecta e expropria. O desafio lançado por Deleuze e Guattari é de pensar as resistências atreladas a linhas maleáveis ou moleculares, composta por fluxos, intensidades e partículas; uma linha marcada pela desterritorialização dos elementos rígidos. Sob essa perspectiva, as resistências são compreendidas como fluxos desterritorializantes e não podem ser tomadas como simples enfrentamentos ou focos de luta contra os mecanismos de poder, pois, em certo sentido, são os mecanismos de poder que oferecem “resistência” aos movimentos de desterritorialização.

Camile Dumoulié captou de forma admirável o caminho indicado por Deleuze e Guattari. Citando o mestre de capoeira Almir das Areias e sua fórmula (“em todos os movimentos tu deves ser como a corrente do rio que contorna o rochedo”), Dumoulié indica a questão paradoxal das resistências: não é a obra de arte nem o jogador que se opõem a uma ordem ou força, “inversamente, é uma certa ordem do mundo ou uma estrutura social dada que, como o rochedo, constitui uma força de resistência contra a corrente da vida” (DUMOULIÉ, 2007, p. 1). O próprio termo *resistência* se encontra à beira de um transbordamento: “enfrentar”, “combater”, “lutar” são ações que precisam ser *acompanhadas* por uma ou mais linhas de fuga, uma ou mais potências desertoras.

Nesse artigo gostaríamos de tentar apreender algumas das potências da filosofia de Deleuze e Guattari, atrelando-as ao que chamamos de *megamáquina política*. Tentaremos demonstrar que as resistências e fugas estão conectadas a um conjunto complexo de forças, uma coligação de vetores que entretêm as mais diversas relações com as linhas resistentes. Para descrever tal máquina recorreremos a três traços básicos que, a princípio, podemos apenas indicar: no primeiro deles diferenciam-se os planos molar e molecular (as segmentações duras e as flexíveis); no segundo, fazemos notar que, desses mesmos planos emergem di-

ferentes coordenadas de ação e luta, são as macro e micropolíticas; por último, encontramos em cada uma dessas coordenadas tentativas diferentes de projetar uma unidade sobre a megamáquina. Trata-se de um programa em que ao menos três operações serão feitas. Na primeira, realizaremos um corte horizontal, distinguindo as máquinas molares das moleculares, conforme nos ensinam Deleuze e Guattari. Em seguida, sobre o mesmo corte anterior, uma segunda linha será traçada, dessa vez na vertical, indicando quatro coordenadas. Duas delas localizam-se em um campo superior molar, são as macropolíticas de dominação e de refreamento, ao mesmo tempo, escorrendo por baixo, estarão as outras duas coordenadas, as micropolíticas de confirmação e as de resistência. Na terceira operação, não serão feitos cortes, mas excisões de unidade, quando serão extraídas algumas possibilidades de união oferecidas por cada uma das coordenadas. Se deserta em relação a algo, mas o quê? Tentaremos demonstrar que as fugas estão ligadas a um conjunto complexo de forças denominadas de *megamáquina política* – uma coligação de vetores que entretêm relações mais ou menos tensas com as resistências, os micropoderes e a macropolítica.

Os planos da megamáquina política: macro e micropolítica

Para Deleuze e Guattari o homem é um animal segmentário, mas não apenas ele, o próprio vivido é constantemente segmentado em linhas que redirecionam as forças desterritorializantes. Existem dois grandes vetores de segmentação: um duro e outro flexível. São duas máquinas distintas: a primeira delas, a *Árvore*, opera por dicotomias e ramificações, exprimindo a segmentaridade endurecida, enquanto o *rizoma*, diferentemente, traça linhas e as faz escoar. O sistema arborecente não para de desenvolver a lei do Uno. Não que ele seja indivisível, pois sem dúvida se pode passar do Um ao dois, ao três, ou a qualquer outra numeração, mas sempre com a condição de se partir de uma forte unidade central, de um núcleo de onde se possa proceder a divisão ou a repartição. Já o rizoma aborta a raiz principal, ou então a distribui em suas extremidades. Existe nele a possibilidade de um tipo diferente de unidade, que subsiste como passada ou por vir, como *unidade possível*. Ou melhor, o rizoma subtrai “o único da multiplicidade a ser constituída” (DELEUZE; GUATTARI, 1997), sua fórmula é $n-1$, pois o uno faz parte das multiplicidades com a condição de ser subtraído dela:

Já não acreditamos numa totalidade original nem sequer numa totalidade final. Já não acreditamos na velha pintura de uma enfadonha dialética evolutiva, que pensa que pacificou os pedaços porque lhes arredondou as arestas. Só acreditamos em totalidades ao lado. E se encontramos uma totalidade ao lado das

partes, ela será um todo dessas partes, mas que não as totaliza, uma unidade de todas essas partes, mas que não as unifica, e que se lhes junta como uma nova parte composta à parte (DELEUZE; GUATTARI, 1996, p. 45).

No sistema arbóreo existe um ponto central de onde se procede por dicotomia. Trata-se de uma ramificação ordenada que supõe um progressivo distanciamento em relação ao núcleo de acumulação, afastamento que ocorre justamente na medida em que se operam divisões e subdivisões. O Estado é um exemplo privilegiado porque desperta como uma cabeça ou um cérebro que reduz a máquina primitiva à condição de “tijolos, de peças trabalhadoras submetidas desde então à ideia cerebral” (DELEUZE; GUATTARI, 1996, p. 290). O rizoma, por sua vez, remete a um princípio geral de conexão, onde qualquer ponto “pode ser conectado a qualquer outro e deve sê-lo” (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 15) e não há núcleo central capaz de ordená-lo. O rizoma implica sempre em uma *trama* e nunca em uma hierarquia. Nessa rede, não há pontos ou posições, somente linhas ou fluxos. Na verdade, todo rizoma é constituído de ao menos dois tipos de linhas: aquelas que se segmentam, territorializam e estratificam e, de outro lado, as que desterritorializam e fazem fugir.

As sociedades são, assim, atravessadas por dois vetores: um arbóreo e outro rizomático. Devemos então começar a esboçar nosso modelo indicando a existência de duas políticas: a *macropolítica molar* e a *micropolítica molecular*. A primeira envolve grandes conjuntos binários, enquanto a segunda opera segmentações finas. Não são as mesmas formas de agir, os mesmos objetivos, nem a mesma maneira de lutar. Por exemplo, as classes sociais são organizações molares, enquanto as multidões são realidades moleculares. Não é exato dizer que a classe é fruto de um simples retalho da multidão – isso é verdade, mas apenas em um nível bastante elementar. Na verdade, a classe é uma cristalização da multidão, expressa um endurecimento operado sobre as linhas mais fluidas que formam *amultitude*. Essa última, por sua vez, não é formada por aqueles que foram excluídos, pois ela não para de escorrer das classes, são também seu vazamento próprio, sua liquefação.

A incursão de Michael Hardt e Antonio Negri na parábola do geraseno indica o plano em que a multidão opera (HARDT; NEGRI, 2005, p. 186). Com algumas variações, Marcos, Lucas e Mateus relatam que quando Jesus chega à província dos gerasenos, depara-se com um homem conhecido por transformar cadeias em pedaços e “grilhões em migalhas”. Ao encontrar-se com o endemoninhado que vagava entre túmulos e montes, Jesus pergunta-lhe o seu nome e o

endemoinhado responde “Legião é meu nome, porque somos muitos”⁵⁷. A força demoníaca é, ao mesmo tempo, “eu” e “nós”. Esse atributo próprio dos seres infernais é também uma característica da multidão. O termo *legio* expressa a reunião de muitos (cerca de seis mil homens), mas indica também a capacidade do grupo de formar uma unidade e agir em conjunto, ainda que momentaneamente. Trata-se de um número indefinido, fugidio, não porque não pode ser contado, mas porque opera uma espécie de destruição da distinção numérica em prol da transitoriedade. *A multidão é ao mesmo tempo um e muitos*. Deparamo-nos, mais uma vez, com a estranha unidade de um rizoma, unidade que existe virtualmente, como possível, unidade que se apresenta como *ameaça*.

Podemos pensar os planos molar e molecular sob dois pontos de vista, o *horizontal* e o *vertical*. No primeiro caso, ao lançar um olhar horizontal sobre a megamáquina, encontramos três planos que podem ser resumidos da seguinte forma. Na camada inferior escorrem agitações moleculares, multiplicidades conectivas e unidades a *n-1*. Trata-se de uma máquina que opera continuamente em pontas de desestratificação e desterritorialização. Não é uma máquina mecânica, pois não é composta por substâncias formadas (alumínio, plástico ou aço), mas sim por graus de intensidade (aquecimento ou velocidade) (DELEUZE; GUATTARI, 1997 p. 228). Nesse plano são traçadas linhas de fuga, asseguradas criações e também novas conexões dos fluxos (DELEUZE; GUATTARI, 1995 p. 104). No plano superior estão as organizações molares ou arbóreas, definidas por uma segmentaridade dura que reproduz os segmentos de dois em dois e estende por toda parte um espaço homogêneo, divisível e estriado. Aqui, as multiplicidades estão submetidas ao Uno na sua dimensão sempre superior. Entre eles aparece uma zona de transição que promove liquefações ou endurecimentos, ou seja, uma zona de negociação entre os planos. Os endurecimentos expressam movimentos de ascensão, que levam do rizoma à Árvore, mas existem também escorrimentos descendentes, que operam liquefações nos sistemas molares.

As coordenadas molares da megamáquina política: as macropolíticas de dominação e refreamento

Até aqui não fizemos mais do que explorar os planos horizontais. Gostaríamos de sugerir, no entanto, que tais planos podem ser entrecortados ao meio, verticalmente, formando assim quatrocoordenadas. Não é difícil observar essa

57 Ver. também em Lucas, *Bíblia Sagrada*. Tradução de João Ferreira de Almeida. Rio de Janeiro. Alfalít, 1996. p. 59.

circuncisão no plano macropolítico, já que ele tende a operar de forma binária. No primeiro corte horizontal localizamos, de um lado, a coordenada molar dominante, caracterizada por sua pretensão à totalização e, de outro, sistemas de refreamento, que se atribuem a função de oposição a essa mesma totalização. Em seu plano superior, toda megamáquina política tente a apresentar dois polos. Eles *opõem-se* termo a termo, como o escuro e o claro, o virulento e o calmo, o terrível e o regrado, mas, por outro lado, funcionam em dupla, em perfeita alternância, exprimindo a divisão do Uno e compondo uma unidade soberana (DELEUZE; GUATTARI, 1997, p. 12). A contradição é seu agente dinâmico próprio; de forma alguma ela ameaça a existência do plano molar, ao contrário, é um elemento de sua vitalidade, já que garante a abertura por onde um sistema macropolítico sobrecodifica as deserções mais radicais.

Georges Balandier mostra que é bastante comum que os campos sociais comportem figuras de oposição, fazendo proliferar personagens que expressem incertezas coletivas, introduzindo assim turbulência no mundo dos códigos e dos constrangimentos (BALANDIER, 1982): Exu ou Legba, Coringa ou Bufão, são alguns exemplos da figura maior que é o *Trickster*, o *Trapaceiro*. São personagens que reivindicam liberdade contra os constrangimentos da ordem, mas sua função é ambivalente, já que também controlam os descontentamentos, buscando restringir as transgressões ao espaço do ritual, convertendo-se em fatores de ordem. O Bufão suprime as disciplinas apenas para, em seguida, restaurá-las, transformando fatores reais de ruptura em espetáculo, teatralizando-os.

O grande corpo macropolítico em sua unidade soberana é invariavelmente ameaçado pelas deserções operadas pelas linhas de fuga, por isso precisa manter alguns canais abertos para que as forças moleculares possam animar sua solidez, soprando-lhe novos ventos. A macropolítica de refreamento é quem abre esse canal ou o filtro por onde as ondulações da zona molecular resistente podem ser apreendidas com maior controle e menor risco. O Bufão ritual é apenas uma forma desses filtros que funcionam abrindo fissuras controladas no plano molar, garantindo a capacidade de cristalização das molecularidades sociais fugidias. A unidade soberana comporta uma região formada por pequenos orifícios, um material poroso que, ao contrário da seleção operada pelo filtro hidráulico, não retém as partículas sólidas, mas o descomedimento dos fluidos. Quanto mais fissuras as macropolíticas de refreamento conseguem sustentar, mais dinâmica elas conseguem imprimir ao plano molar.

Um exemplo de como os movimentos moleculares podem ser cristalizados está nas lutas dos trabalhadores a partir das Revoluções Industriais. Du-

rante boa parte do século XIX e XX, o operariado lutou por melhores condições de trabalho, não apenas reivindicando direitos, mas inventando novas formas de existência e de vida em comum. Uma longa tradição intelectual interpreta as organizações sociais governadas pelos Estados de “bem-estar” como uma conjugação entre repressão estatal, manipulação política e satisfação de algumas demandas dos assalariados (FERREIRA, 2001). Dessa forma, haveria uma relação extremamente desigual entre poderes e resistências, quando essa última estaria despotencializada, destituída de qualquer capacidade de interlocução, já que os trabalhadores teriam se tornado cada vez mais impotentes devido ao acesso a bens de consumo de massa, moderando suas lutas e deserções. Certamente, é um período de forte repressão e intervenção estatal, contudo, não se deve deixar de observar que as ideias, as crenças e os valores que circulavam entre os trabalhadores são partes fundamentais das organizações molares dedicadas ao bem-estar social.

As coordenadas moleculares da megamáquina política: as micropolíticas de confirmação e resistência.

O plano micropolítico também é plural, embora os limites, nesse caso, sejam mais difíceis de serem estabelecidos. Em sua primeira coordenada encontramos movimentações rizomáticas que confirmam, potencializam e sustentam os poderes estabelecidos, promovendo a ascendência ou a descendência das linhas do poder, permitindo sua migração para camadas mais duras ou, por outro lado, tornando-as mais escorregadias. Contudo, seu movimento mais importante não é o que vai de cima para baixo ou de baixo para cima, mas aquele que escorre para os lados: as micropolíticas de confirmação, de forma rizomática, conduzem o poder pela sociedade, atravessando, incitando e produzindo corpos dóceis. Louis Althusser deu um passo importante quando mostrou que *ao lado* do Aparelho Repressivo de Estado existe uma pluralidade de tentáculos que estendem o poder de Estado ao todo social. Assim, paralelamente ao judiciário, ao exército, à polícia, aos presídios e às outras instituições que, no limite, funcionam pela violência, coexistem Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE) que, como o próprio nome sugere, operam principalmente por ideologia. Os AIE estabelecem por toda parte o enunciado segundo o qual é “realmente verdade que as coisas são assim e não de outra maneira” e que, portanto, deve-se “obedecer a Deus, a sua consciência, ao padre, a De Gaulle, ao chefe, ao engenheiro” (ALTHUSSER, 1985 p. 138). Ou melhor, os AIE agenciam corpos para que eles executem sozinhos “os gestos e atos de sua submissão” e inscrevam nos corpos as “admiráveis palavras da oração: ‘*Amém – Assim seja*’” (idem).

É justamente da análise das micropolíticas de confirmação que Michel Foucault se ocupou durante boa parte da década de 70. Porém, ele não estava satisfeito com abordagens que se concentravam nas “formas regulamentares e legítimas do poder em seu centro” (FOUCAULT, 1979. p. 182), ao contrário, queria flagrar o poder nas instituições locais, em técnicas precisas e instrumentos materiais, em suas extremidades ou ramificações, desejava surpreendê-lo, dirigindo gestos e comportamentos, funcionando de forma circular, em cadeia, realizando assim uma análise ascendente do poder a partir:

(...) de mecanismos infinitesimais que têm uma história, um caminho, técnicas e táticas e depois examinar como estes mecanismos de poder foram e ainda são investidos, colonizados, utilizados, subjugados, transformados, desdobrados, etc, por mecanismos cada vez mais gerais e por formas de dominação (FOUCAULT, 1979. p. 183).

Foucault argumenta que não é a dominação global que se multiplica e repercute até embaixo, ao contrário, são os fenômenos mais gerais que agem preferencialmente por investimento e anexação dos micropoderes. Essa micromecânica do poder é constituída, por exemplo, de mecanismos de exclusão, aparelhos de vigilância e de medicalização da sexualidade, da loucura ou da delinquência que funcionam ao nível molecular, das famílias, dos vizinhos, dos pais e dos médicos. O que separa tais micropolíticas das macropolíticas de dominação não é simplesmente sua atuação miniaturizada, mas antes sua *função* produtiva, visando à otimização das forças vitais. Seu papel mais importante não é desempenhar movimentos de despoticização das resistências, mas cultivar a feição inventiva e rizomática do poder, sua ação “antes mesmo de”, *positiva*. Trata-se de uma criatividade que está a serviço da produção de tecnologias de subserviência e, nesse sentido, produz máquinas esplendorosas, as quais Foucault não cansou de denunciar: o confessionário pastoral, o panóptico disciplinar, a *Scientia Sexualis* e seus poderes sobre a vida. As micropolíticas de confirmação encerram o maior dos paradoxos do poder: elas criam, mas, justamente, *trata-se da criação de técnicas de submissão*.

Sob o ponto de vista das micropolíticas de confirmação, o contexto contemporâneo emerge como se já mal conseguíssemos distinguir poder e resistências. Norbert Elias apreendeu de forma pioneira um movimento importante de interiorização dessas forças micropolíticas: o *autocontrole*. Para ilustrar o processo de interiorização recorreu ao exemplo dos diferentes sistemas rodoviários do que chamou de “sociedades simples” e “sociedades complexas” (ELIAS, 1993).

p. 196). No primeiro caso, temos uma sociedade de guerreiros, marcada por estradas sem calçamento, com pouquíssimo tráfego, onde a todo tempo apresenta-se o perigo de um ataque de soldados ou saqueadores. Durante os deslocamentos por estradas quase desertas, os condutores dirigem seus olhares primeiramente para as árvores, os arbustos e os morros, e apenas secundariamente vigiam a estrada, já que o risco de um ataque armado é sempre maior do que uma colisão com outro veículo. Ao contrário, em nossas sociedades, encontramos um grande fluxo de pedestres, ciclistas ou carros que precisam lidar com interrupções e partidas comandadas por sinais de trânsito, atravessando constantemente todo tipo de cruzamento. Para que essa rede funcione é necessário que os indivíduos regulem seu comportamento da maneira mais exata possível, voltando suas atenções primeiramente para o exercício do autocontrole pessoal e, apenas secundariamente, para as ameaças externas à rodovia, como o assalto ou o sequestro. No primeiro caso, trata-se de uma vida que exige uma prontidão para a luta e dá livre rédea às emoções, no segundo, um mecanismo psicológico completamente diferente se apresenta. Civilizacionais, as sociedades modernas e contemporâneas não só tendem a fundir poder e subjetividade, mas conclamam as micropolíticas de confirmação para criar e administrar as tecnologias que permitem a circulação e a intensificação do poder.

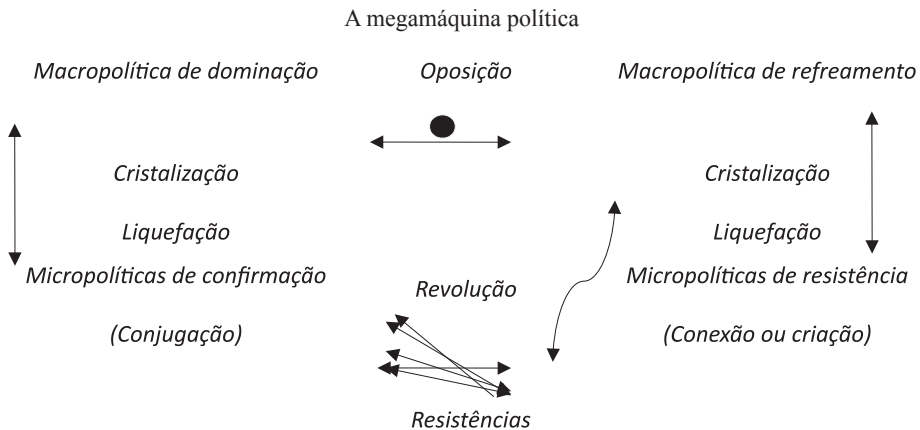
Oriundas de uma espécie de processo de “adestramento evolutivo”, como nos sugeriu Nietzsche em sua *Genealogia da Moral*, as forças que eram voltadas para fora, na forma da agressividade e do combate, voltam-se para dentro, criando um espaço delgado em que o homem moderno debate-se no interior de uma jaula criada aos moldes de sua própria submissão (NIETZSCHE, 1998). Essa interiorização das coordenadas do mando persistiu sofrendo mudanças que se tornam visíveis quando acompanhamos as transformações nos processos da governamentalidade em sua passagem pelo período moderno, quando era orientada pelo liberalismo econômico, até sua abertura ao pós-fordismo, quando passou a se nortear pelos neoliberalismos (FOUCAULT, 2008). Se antes se admitiam subjetividades *naturalmente* individualistas e utilitárias que garantiriam, por meio da busca da maximização da riqueza, um arranjo harmônico no conjunto da megamáquina, no mundo contemporâneo as micropolíticas de confirmação intensificam-se, pois serão elas as principais responsáveis por um processo de *produção* de subjetividades dotadas de características utilitárias e individualistas. Ou seja, ao invés da arte de governar neoliberal encarar o mercado como natural e livre de qualquer intervenção, ela o percebe como um espaço artificialmente produzido e que necessita de intervenções constantes.

As micropolíticas de confirmação diluem-se em controles infinitesimais das populações, produzindo assim as consciências necessárias ao mando global. Trata-se de uma nova jaula, não mais forjada por processos de tortura ou modeladapela força bruta, mas uma gaiola sutil, ambígua e semiaberta, moldada com os próprios desejos daqueles que se deixam seduzir pelos valores postos em circulação, pelos que não encontram outra saída além daquelas subjetividades fabricadas para prevenir as inseguranças do viver. Essa nova jaula pode ser apropriadamente denominada como um processo de tentativa de *empresariamento da vida*.

Às tristezas propagadas pelas micropolíticas de confirmação, contra-põem-se apotência da quarta e última coordenada da megamáquina, formada por micropolíticas de resistência. No limite, tais micropolíticas desertam em relação a toda a megamáquina política. Por exemplo, há deserção quando as macropolíticas de refreamento tornam-se uma coordenada inócua e mal se diferenciam daquelas que buscam a dominação. Isso pode ocorrer por inabilidade política molar, mas é mais comum que os próprios fluxos assumam um volume tal que torne impossível administrá-los. Ora, ao mesmo tempo em que o *Welfare State* reterritorializa as linhas de fuga aticadas pelo operariado em revolta contra a exploração capitalista, cristalizando-as sob novas organizações molares, ele já é obrigado a lidar com novos fluxos resistentes que se desterritorializam e aos poucos se avolumam, desejando construir novos espaços para as minorias insatisfeitas com a configuração assumida pelos Estados de bem-estar e também com as linhas de fuga criadas pelas resistências dos trabalhadores. Emergem assim uma série de lutas heterogêneas, por exemplo, contra o sexismo, o racismo, a destruição da natureza e a homofobia (ALTAMIRA, 2008 p. 50), pelo direito à moradia e também pela ocupação afirmativa das cidades, conflitos que escorrem por fora das instituições estabelecidas. Eles desertam não apenas as macropolíticas de dominação e seus prolongamentos moleculares, mas também não se sentem plenamente à vontade ao lado das macropolíticas de refreamento sindicais e classistas, excessivamente apoiadas nos assalariados, nos homens e nos partidos.

Em meados da década de 1970 aparecem alguns conflitos sociais, aparentemente desconexos, que debilitam as instituições sociais do capitalismo: as lutas das minorias negras e homossexuais contra a discriminação nos EUA, as ações contra a ditadura e a hegemonia norte-americana na América latina e na África ou os conflitos do verão de 1969 na Itália são apenas alguns exemplos. Os escorrimientos resistentes se prolongam ainda em movimentos pós-socialistas que já não se contentam em tentar corrigir as injustiças cometidas pelos poderes ao

distribuírem os lugares e as funções. Nos movimentos das mulheres, depois de uma fase de afirmação da igualdade, aparecem novas práticas de multiplicação das identidades mutantes, uma espécie de constituição de “mil sexos” moleculares: lésbicas, transexuais, travestis, mulheres de cor, etc. Certamente tais fluxos não deixam de encontrar novas capturas, já que ao longo da década de 1980 a empresa e o marketing logo emergem como instituições prontas para captar os fluxos de criatividade desertores e as inspirações mais inovadoras das décadas de 1960 e 1970. No novo contexto neoliberal, a empresa comparece como multiplicadora de mundos, contudo, trata-se de “mundos lisos, banais, formatados, (...) vazios de toda singularidade” (LAZZARATO, 2006), ou seja, quando a liberdade é gerenciada para escolher dentro de um campo já instituído e concebido.



Em nosso quadro, os vetores de resistências devem ser entendidos como forças que agem *entre* os campos. Chamamos de resistências às relações de conflito que ocorrem entre as micropolíticas de resistência e aquelas que trabalham na invenção dos poderes ou no prolongamento dos mecanismos de dominação macropolíticos. *As resistências funcionam resistindo aos efeitos microfísicos do poder.* Tais conflitos não são bem explicados pela noção de oposição, já que eles não formam dois corpos que se opõem termo a termo, nem mesmo de forma dialética, mas encerram uma multiplicidade cambiante de relações que operam, primeiro, em uma grande variedade de enfrentamentos e focos de combate e, segundo, são marcados pela precariedade dos objetivos de lutas, por unidades sempre provisórias e pela deserção em relação às segmentações endurecidas. A oposição é um vetor próprio do plano macropolítico, pertence apenas a ele. Por outro lado, talvez seja preciso conferir um estatuto especial para as micropolíticas de resistência,

reconhecendo-as como uma esfera de criação ou um campo de linhas conectivas especialmente fugidias das quais toda megamáquina se ocupa. Assim, uma segunda e mais perfeita formulação indica que as resistências expressam, na verdade, relações de enfretamento e deserção que *partem* dessa esfera micropolítica *contra as relações de poder que se formam em todas as esferas, inclusive nela própria*. As resistências são o fluido conflituoso e fugidio que escorre *entre as políticas*. Pode acontecer de elas contaminarem as formas de oposição, formando um coágulo que salta contra a dominação macropolítica por meio de uma revolução. É mais usual, contudo, que enfrentem continuamente o poder nas instituições, nos saberes ou nos próprios corpos.

Projeções de unidade na megamáquina

As coordenadas macro e micropolíticas das quais tratamos anteriormente aspiram, cada uma a seu modo, a formas de unidade bastante diferentes, que não deixam de ameaçar umas as outras com a possibilidade de provocar um abalo no funcionamento da megamáquina. A ideia de *povo*, por exemplo, expressa uma forma de coesão característica das macropolíticas de dominação, já que promove a condução das multiplicidades na direção de uma organização homogênea que reduz a diversidade à identidade única. A noção de povo remete à unidade política nacional e centralizada, ou seja, às formas de vida associadas ao espírito público dos grandes Estados. O “povo é uno” (HARDT; NEGRI, 2005, p. 12). Para Paolo Virno Hobbes é o grande defensor da associação entre a vontade única popular e a segurança do Estado (VIRNO, 2003). Nesse sentido, o povo só pode ser formado como resultado da vitória sobre a desordem característica do estado de natureza. Hobbes opõe a organicidade do povo à desordem da multidão. Essa última, segundo ele, rejeita a unidade política, a obediência e os pactos duradouros, não alcançando nunca o status de pessoa jurídica. O Uno, expresso pela noção de povo, é um lugar de convergência: o “povo é o resultado de um movimento centrípeto: dos indivíduos atomizados à unidade do ‘corpo político’, à soberania” (ibidem, p. 18). O povo é uma expressão possível da unidade das macropolíticas de dominação.

O termo *classe*, por sua vez, indica um exemplo do segundo tipo de unidade possível no plano político molar, unidade proclamada pelas macropolíticas de refreamento. Existem, é claro, muitas formas de compreensão do termo; o marxista Edward Thompson indica que se trata de uma forma de unidade inseparável da ideia de “luta de classes” (THOMPSON, 2001, p. 269-281). Ele pretende inverter a perspectiva marxista clássica, segundo a qual é preciso trabalhar na cons-

cientização da classe para que, apenas assim, elas possam colocar em movimento uma verdadeira luta de classes. Ao contrário, as pessoas vivem em sociedades estruturadas por relações de produção, suportam a exploração, identificam os nós dos interesses antagônicos e, apenas no curso da luta, descobrem-se como classes. Essa última seria resultado de processos conflituosos concretos e não um pré-requisito para a luta entre duas classes. A constituição das classes parece resultar sempre em oposição binária: burgueses *versus* nobres, operários *versus* burgueses, camponeses *versus* proprietários, etc. As classes não se apresentam necessariamente em duplas, podendo configurar trios, quádruplos, ou mais, porém, quando grupos com interesses sociais diversos entram em contradição, a luta tende a assumir um aspecto binário e opositivo. A classe indica a unidade característica das macropolíticas de refreamento, operando uma cristalização em meios às molecularidades dissidentes, organizando-as segundo princípios binários duros. Ela demonstra ainda que o plano molar é também capaz de pluralidade, ou, ao menos, que está apto de dividir-se e, mais importante, contradizer-se.

Já as micropolíticas de confirmação comportam “unidades” muito mais fluidas e inapreensíveis, como, por exemplo, a *massa*. As massas diferem do povo e das classes porque não podem ser reduzidas à unidade ou à identidade única, nem tão pouco operam por oposições binárias. Aliás, elas não produzem qualquer outro tipo de oposição, já que sua essência é a indiferença. Baudrillard defende um prognóstico sombrio: as massas são péssimas condutoras do político e do social, ela os neutraliza, são buracos negros nos quais o social se precipita (BAUDRILLARD, 1994, p. 11). Segundo ele, elas não são sequer individualistas, pois não formam uma unidade do tipo 1+1+1+1+1, indicam antes um conjunto de anulações que nada propaga, a não ser a impossibilidade de circulação de sentido. Contudo, parece-nos que sua indiferença é justamente *o material sobre o qual as micropolíticas de confirmação trabalham*. A educação escolar ou familiar, as premissas religiosas, a reinserção dos prisioneiros na sociedade ou o espetáculo midiático, não importa o quão parciais ou falhos sejam em suas incursões no universo das massas, trabalham sempre de forma microscópica sobre a indiferença, produzindo e elegendo como exemplos indivíduos “participativos” que expressam, no próprio corpo, a majoração do potencial econômico e, na mente, a participação política modulada.

As micropolíticas de confirmação operam na indiferença, não para eliminá-la, mas para seguir seus fluidos e aproveitar-sede suas ondulações. Quando certas linhas de resistência se levantam por meio do enfrentamento ou da fuga, elas rapidamente se oferecem para seguir seus cursos, equalizando-os ou desace-

lerando-os. Tais micropolíticas têm por objetivo espreitar as resistências, não para barrá-las ou destruí-las – tarefa executada pela macropolítica de dominação – mas para discipliná-las, controlá-las ou geri-las, parasitando sua potência. Toda megamáquina precisa da criatividade das micropolíticas de resistência – e as micropolíticas de confirmação ostentam extraordinária eficiência na regulação dos fluxos rebeldes. Na verdade, todas as possíveis unidades da megamáquina (o povo, a classe e a massa) insinuam-se, de alguma maneira, como máquinas de captura das resistências, temendo ou parasitando sua configuração maior: a multidão. Como vemos, a captura operada pelo plano molar ocorre na forma de uma cristalização; já as micropolíticas de confirmação produzem a massa por meio de uma captura flexível que podemos chamar de *captura gerencialista*: uma captura “positivada” e produtiva; a mais próxima possível de uma falsa afirmação da vida.

Diferente da unicidade do povo, da binaridade das classes e do aspecto automodulado das massas, na *multitude* as multiplicidades sociais são capazes de, ao mesmo tempo, se comunicar, agir em comum e manter-se internamente diferentes. Podemos enumerar ao menos dois vetores fundamentais que caracterizam a multidão. Primeiro, se a condição para a unidade do povo é a soberania (nacional ou imperial), se as classes se formam com base nas grandes oposições sociais e a massa emana fluxos de uniformidade, as multidões, por sua vez, precisam descobrir e inventar o *comum* que lhes permite agir em conjunto. Por *common* Hardt e Negri entendem não apenas os bens já dados pelo mundo material, como o ar, a água ou os frutos do solo, mas principalmente os resultados da produção social que são necessários à interação e a produção, tais como conhecimentos, linguagens, informações, afetos, imagens, entre outros (HARDT e NEGRI, 2009, p. vii). A unidade da multidão apresenta-se como ameaça uma vez que está focada na capacidade de ação e produção coletiva baseadas no autogoverno (*self-government*). Em segundo lugar, nota-se que o desejo radical de democracia é a “moeda” comum que circula nas redes de resistência micropolíticas. As micropolíticas de confirmação podem estar firmemente ancoradas nas novas formas de soberania imperial, ou melhor, elas atuam preenchendo o Império, dele fazem parte, enquanto a multidão ameaça um avolumamento das deserções em busca de uma alternativa contra a megamáquina política atual. No extremo das deserções, a multidão, por meio da marcha, da ocupação ou da contaminação, quer formar a sociedade de forma autônoma. Para além das rebeliões guerrilheiras, que não raro apresentam resquícios de uma centralização arbórea e se tornam antidemocráticas, a multidão radicaliza a disseminação das redes democráticas e desafia a circulação do poder. Diferente das projeções de unidade dos outros campos, apenas

a multidão pode desertar completamente a megamáquina, criando as condições para o completo rearranjo das relações de força.

Referências

- ALTAMIRA, César. *Os marxismos do novo século*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos de Estado*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- BALANDIER, Georges. *O poder em cena*. Brasília: Editora UnB, 1982.
- BAUDRILLARD, Jean. *À sombra das maiorias silenciosas: o fim do social e o surgimento das massas*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BÍBLIA. Lucas. Português. *Bíblia Sagrada*. Tradução de João Ferreira de Almeida. Rio de Janeiro: Alfalit, 1996.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *O Anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia*. Lisboa: Assírio & Alvim, 1996. p. 45.
- _____. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*, vol. 1. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995.
- _____. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*, vol. 3. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995.
- _____. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*, vol. 5. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1997.
- DUMOULIÉ, Camille. A capoeira, arte de resistência e estética da potência. In: LINS, Daniel (org.). *Nietzsche/Deleuze: arte, resistência: Simpósio Internacional de Filosofia (2004)*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, Fortaleza, CE: Fundação da Cultura, Esporte e Turismo, 2007.
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: formação do Estado e civilização*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.
- FERREIRA, Jorge. O nome e a coisa: populismo na política brasileira. In: _____. *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- FOUCAULT, Michel. *O nascimento da biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- _____. Os intelectuais e o poder: conversa entre Michel Foucault e Gilles Deleuze. In: MACHADO, Roberto (org.). *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- HARDT, Michel; NEGRI, Antonio. *Commonweath*. Cambridge: The Belknap Press of Harvard University Press, 2009. p. vii.
- _____. *Multidão*. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- LAZZARATO, Maurizio. *As revoluções do capitalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

NIETZSCHE, Friedrich. *Genealogia da Moral: uma polêmica*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON, Edward Palmer. Algumas observações sobre Classe e “Falsa consciência”. In: NEGRO, A.L.; SILVA, S (orgs.). *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2001. p. 269-281.

VIRNO, Paolo. *Gramática da Multidão: para uma análise das formas de vida contemporâneas*. Santa Maria, RS. 2003.

■..... **Aldo Ambrózio** é doutor em Psicologia Clínica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), professor efetivo da Universidade Nove de Julho (UNINOVE) e pesquisador do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP).

■..... **Davis Moreira Alvim** é doutor em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e professor efetivo do Instituto Federal do Espírito Santo (IFES)